



Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional de Mato Grosso do Sul – MS

Ano de 2024



GOVERNO DE
**Mato
Grosso
do Sul**

Estado de Mato Grosso do Sul
Agência Estadual de Adm. do Sistema Penitenciário
Divisão de Promoção Social

**Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema
Prisional de Mato Grosso do Sul – MS**



Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN)
Estabelecimento Penal Feminino Irmã Irma Zorzi (Campo Grande, MS)
Estabelecimento Penal Feminino Carlos Alberto Jonas Giordano (Corumbá, MS)
Estabelecimento Penal Feminino Luiz Pereira da Silva (Jateí, MS)
Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã (MS)
Estabelecimento Penal Feminino de Rio Brilhante (MS)
Estabelecimento Penal Feminino de São Gabriel do Oeste (MS)
Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas (MS)
Divisão de Promoção Social - Coordenação do Relatório

**Plano Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema
Prisional de Mato Grosso do Sul - MS**

Campo Grande, MS/ 2024

Eduardo Riedel
Governador do Mato Grosso do Sul

Antonio Carlos Videira
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

Rafael Garcia Ribeiro
Secretário Executivo de Justiça

Rodrigo Rossi Maiorchini
Diretor Presidente da Agência Estadual de Administração do Sistema
Penitenciário de Mato Grosso do Sul

Maria de Lourdes Delgado Alves
Diretora de Assistência Penitenciária

Elaborado por

Marinês Conti Providel Savoia
Ponto Focal - Chefe da Divisão de Promoção Social

Colaboradores

Caroline Lucas Ferrarezi Miguel
Policia Penal

Elaine Cristina Souza Alencar
Chefe da Divisão de Trabalho Prisional

Liliana Moreira Valceque
Nutricionista Clínica

Rita de Cássia Fonseca
Chefe da Divisão de Educação Prisional

Rita Luciana Domingues Alves
Chefe da Divisão de Saúde

Sumário

1. APRESENTAÇÃO DO PLANO	8
1.1. Das Diretrizes para a Política das Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas no Sistema Prisional Estadual	6
1.2 Dos objetivos	7
2. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA PRISIONAL DESTINADO ÀS MULHERES NO ESTADO	9
2.1 Cenário do Sistema Prisional Feminino Estadual	9
2.1.1. Estrutura física por unidade prisional	25
3. DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL E SEUS FAMILIARES DESTINADO A MULHERES EGRESSAS	27
3.1 Cenário do Serviço Especializado de Atenção às Pessoas Egressas e seus familiares	27
4. GESTÃO	30
5. PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO	32
6. REDE PARCEIRA	35
7. PLANO DE AÇÃO	38
7.1. Eixo Gestão	38
7.1.1 Comitê Gestor	38
7.1.2. Base de dados	39
7.1.3 Lotação das mulheres privadas de liberdade	39
7.2 Eixo Promoção da Cidadania	40
7.2.1 Assistência Social	40
7.2.2 Assistência Material	43
7.2.3 Assistência Saúde	43
7.2.4 Assistência à Educação, Cultura e Esporte	45
7.2.5 Assistência ao Trabalho e Renda	48
7.2.6 Assistência Jurídica	49
7.2.7 Assistência Religiosa	50
7.2.8 Maternidade e Infância	50
7.2.9 Eixo Formação e Capacitação de Servidores	52
7.2.10 Eixo Modernização do Sistema Prisional	53
8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO – FORMA DE ATUAÇÃO DO COMITÊ/COMISSÃO ESTADUAL	54
9. ANEXOS	55

1. APRESENTAÇÃO DO PLANO

A Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul (AGEPEN) é o órgão responsável pelo sistema prisional no estado de Mato Grosso do Sul, criada em 1º de janeiro de 1979 com o nome de Departamento do Sistema Penitenciário, e, a partir de 2020, passou a ser denominada pela nomenclatura atual.

A AGEPEN atua em todas as vertentes relacionadas à população carcerária, estrutura prisional e correlatos no Mato Grosso do Sul e, a respeito do encarceramento feminino, o órgão tem uma atuação historicamente voltada à atenção às condições de gênero e particularidades que o aprisionamento de mulheres apresenta. Sua finalidade é a preservação da dignidade das privadas de liberdade e egressas, sob uma perspectiva de cuidado de curto, médio e longo prazo, visando à ressocialização.

Atualmente, o estado de Mato Grosso do Sul possui 1.408 mulheres custodiadas em sete estabelecimentos prisionais femininos de regime fechado, duas unidades de regime semiaberto, aberto e casa de albergada com monitoramento eletrônico. Desse total, 1.025 mulheres estão em privação de liberdade distribuídas nos estabelecimentos prisionais de regime fechado, sendo o Estabelecimento Penal Irmã Irma Zorzi, em Campo Grande – MS, o que possui maior número de custodiadas.

A maioria das mulheres encarceradas são condenadas pelo crime de tráfico de drogas, fato agravado pela posição do estado em duas fronteiras internacionais, Bolívia e Paraguai, sendo considerado um expressivo corredor do tráfico. Para a compreensão do interesse e dos efeitos da qualidade e efetividade das ações assumidas pela AGEPEN/MS, é importante ressaltar que a Secretaria Nacional de Políticas Penais/Ministério da Justiça (SENAPPEN/MJ), como órgão norteador das ações e políticas nas prisões dos estados da federação, visa garantir a plena efetivação do PNAME, de modo a viabilizar a garantia dos direitos das mulheres encarceradas e proporcionar o cumprimento da pena com dignidade.

Em atendimento a esse requisito, o presente Plano Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional compreende o espaço temporal selecionado (2024 a 2026) e apresenta diretrizes e objetivos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das condições do aprisionamento feminino e das assistências.

1.1. Das Diretrizes para a Política das Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas no Sistema Prisional Estadual

Neste contexto, a AGEPEN de MS, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), sempre pautou suas ações segundo as diretrizes da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) e tem estabelecido diretrizes para a atuação local, dentre elas:

- a) Fortalecimento das ações articuladas com órgãos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo;
- b) Tratativas com a sociedade civil para ações e controle social relacionados à política de mulheres no sistema prisional;
- c) Fomento ao pleno exercício dos direitos e acesso às diversas políticas sociais pelas mulheres em situação de prisão;
- d) Inclusão da temática do encarceramento de mulheres nos processos de formação permanente de todos os servidores vinculados ao contexto do sistema penal;
- e) Incentivo ao oferecimento de atividades específicas voltadas ao fortalecimento de vínculo entre a mulher custodiada e seu núcleo familiar, com especial atenção para mãe e seus filhos;
- f) Exercício da maternidade e a manutenção dos vínculos familiares;
- g) Classificação adequada na porta de entrada do sistema prisional;
- h) Verificação de documentação civil das privadas de liberdade e egressas;
- i) Promoção à igualdade de gênero, cor, etnia, orientação sexual, idade, maternidade, nacionalidade, religiosidade e deficiências física e mental, bem como dos filhos inseridos no contexto prisional;
- j) Fomento à Dignidade Menstrual; e
- k) Promoção, pactuação e incentivo às ações integradas e intersetoriais.

1.2 Dos objetivos

Os objetivos deste Plano foram delineados seguindo as diretrizes, bem como de acordo com as possibilidades encontradas junto à rede parceira, em sua maioria componentes do comitê gestor estadual. São eles:

- a) Organizar o sistema prisional feminino para que contemple as especificidades de gênero da mulher, desde a questão da arquitetura prisional à execução de atividades, serviços penais e rotinas carcerárias;
- b) Promover e pactuar ações integradas com outras áreas governamentais, visando à complementação e inserção de políticas sociais voltadas às mulheres presas e seu núcleo familiar;
- c) Garantir assistências de forma intersetorial e políticas de saúde, educação, trabalho, material, religiosa, jurídica, cultural, psicossocial e desportiva no interior dos estabelecimentos prisionais que custodiam mulheres;
- d) Promover o acesso efetivo às políticas públicas existentes aos filhos e filhas das mulheres custodiadas e egressas;
- e) Contribuir para que todos os estabelecimentos prisionais femininos adotem práticas institucionais com recorte de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, condição étnico-racial e diversidades das mulheres encarceradas;
- f) Garantir o cumprimento das normativas nacionais e internacionais de proteção à mulher em situação de prisão;
- g) Contribuir para a garantia de práticas humanizadoras voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários da mulher encarcerada;
- h) Incentivar a rotina de capacitação permanente a todos os servidores que atuam em estabelecimentos prisionais que custodiam mulheres sobre as especificidades do

encarceramento feminino por meio da Escola Penitenciária de Mato Grosso do Sul (ESPEN/MS);

- i) Fomentar a adoção de normas e procedimentos de segurança diferenciados para as mulheres gestantes, lactantes e mães com seus filhos, que garantam estruturas físicas, serviços penais e atenção à criança residente na unidade prisional, em atendimento às especificidades de gênero e proteção integral à criança;
- j) Aprimorar a qualidade dos dados constantes em sistemas de informação penitenciária, contemplando as especificidades da mulher encarcerada;
- k) Contribuir, em parceria com outros atores instituídos no Decreto nº 14.094 de 14 de dezembro de 2014 (Anexo I), para a construção das políticas estaduais às mulheres em situação de privação de liberdade e egressas;
- l) Fomentar e desenvolver pesquisas e estudos na seara do encarceramento feminino;
- m) Monitorar e avaliar as mudanças institucionais, de forma progressiva, visando à garantia da aplicabilidade das diretrizes e estratégias deste Plano em nível estadual com interface à nacional;
- n) Contribuir para o desenvolvimento de ações integradas voltadas à assistência às pré-egressas e egressas do sistema prisional.

2. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA PRISIONAL DESTINADO ÀS MULHERES NO ESTADO

Este tópico objetiva apresentar um diagnóstico detalhado do sistema prisional destinado às mulheres no estado. Será analisado o cenário atual das unidades prisionais femininas, incluindo dados quantitativos sobre a população carcerária, estrutura física das instituições, atividades laborais e educacionais desenvolvidas, além de informações específicas sobre grupos vulneráveis como gestantes, lactantes e a população LGBTQI+. Este levantamento visa oferecer uma compreensão abrangente das condições e desafios enfrentados no contexto prisional feminino, servindo como base para o desenvolvimento de políticas públicas mais justas e eficientes.

2.1 Cenário do Sistema Prisional Feminino Estadual

Para compreender o interesse e os efeitos de qualidade e efetividade das ações assumidas pela AGEPEN/MS, é importante ressaltar que a Secretaria Nacional de Políticas Penais/Ministério da Justiça (SENAPPEN/MJ), como órgão norteador das ações e políticas nas prisões dos estados da federação, visa garantir a plena efetivação do PNAME, de modo a viabilizar os direitos das mulheres encarceradas e proporcionar o cumprimento da pena com dignidade.

Quadro 1 – Perfil das detentas do sistema prisional do Estado de MS

Continua

Quantitativo de mulheres presas na unidade federativa	1078	
Regime de cumprimento de pena	Fechado	Semi Aberto
Tipos e quantidades de estabelecimentos prisionais exclusivos femininos	07 Regime Fechado	02 Regime Semi Aberto
Tipos e quantidades de estabelecimentos prisionais exclusivos mistos	Não possuímos	
Tipificação criminal	Art. 33 da Lei 11.340/06; Código Penal: Art. 121, 211; 129, 155, 157, 180, 213, 217, 304, 117, 288, 124, 171, 334, 306, 147 e 243 – B do ECA	
Quantidade de mulheres gestantes	08 gestantes e 05 lactantes	
Quantidade, idade de crianças	04 crianças, até 01 ano	
Quantidade de, espaços destinados a crianças, atividades desenvolvidas e profissionais envolvidos por estabelecimento prisional	Capital: Fechado: 01 Semi Aberto: 01	Interior Fechado: 03 Semi Aberto: 0

Quantidade de mulheres e em atividade laboral	651
--	------------

Quadro 1 – Perfil das detentas do sistema prisional do Estado de MS

Conclusão

População LGBTQI+;	185
Existência de espaços específicos, entre outros perfis	05 berçários, 08 bibliotecas, espaço para oficinas de trabalho e auditório

Quadro 2 – Quantidade de visitas detalhando crianças e companheiros

Cidade	Estabelecimento Penal	Visitantes Adultos	Visitantes Crianças
Ponta Porã	Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã	14	06
Rio Brilhante	Estabelecimento Penal Feminino de Rio Brilhante	02	08
São Gabriel D'Oeste	Estabelecimento Penal Feminino de São Gabriel do Oeste	16	03
Três Lagoas	Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas	05	10
Total		37	27

Fonte: dados baseados na quantidade mensal de visitas

Quadro 3 – Quantidade de mulheres presas gestantes e com filhos nas unidades penais

Cidade	Estabelecimento Penal	Gestantes	Filhos	Idade
Campo Grande	Estabelecimento Penal Feminino "Irmã Irma Zorzi"	05	02	02 e 06 meses
Campo Grande	Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto de Campo Grande	00	07	Todos com menos de 01 ano
Corumbá	Estabelecimento Penal Feminino "Carlos Alberto Jonas Giordano"	03	03	Todos com menos de 01 ano
Dourados	Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto de Dourados	00	10	Todos com menos de 01 ano
Jateí	Estabelecimento Penal Feminino "Luiz Pereira da Silva"	00	00	00
Ponta Porã	Estabelecimento Penal Feminino de Ponta Porã		-	-
Rio Brilhante	Estabelecimento Penal Feminino de Rio Brilhante	02	03	Todos com menos de 01 ano
São Gabriel D'Oeste	Estabelecimento Penal Feminino de São Gabriel do Oeste	00	01	10 meses
Três Lagoas	Estabelecimento Penal Feminino de Três Lagoas	01	02	Todos com menos de 01 ano
Total:		11	28	

Fonte: SIAPEN/ junho de 2024.

Para compreender o interesse e os efeitos de qualidade e efetividade das ações assumidas pela AGEPEN/MS, é importante ressaltar que a Secretaria Nacional de Políticas Penais/Ministério da Justiça (SENAPPEN/MJ), como órgão norteador das ações e políticas nas prisões dos estados da federação, visa garantir a plena efetivação do PNAME, de modo a viabilizar os direitos das mulheres encarceradas e proporcionar o cumprimento da pena com dignidade.

Quadro 4 – Quantidade de mulheres por faixa etária, idade

Unidade Penal	IDADE	Totais
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE REGIME SEMIABERTO ABERTO CAMPO GRANDE	20	1
	21	1
	22	4
	23	1
	24	3
	25	3
	26	2
	27	5
	28	9
	29	5
	30	3
	31	8
	32	8
	33	5
	34	3
	35	6
	36	7
	37	7

Unidade Penal	IDADE	Totais
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE REGIME SEMIABERTO ABERTO CAMPO GRANDE	38	4
	39	3
	40	4
	41	9
	42	3
	43	2
	44	2
	45	3
	46	2
	47	1
	48	4
	49	1
	50	3
	51	1
	52	2
	54	2
	55	1
	56	2
	57	1
	58	1
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE REGIME SEMIABERTO E ABERTO DE DOURADOS	63	1
	65	1
	18	1
	20	5
	22	2
	23	3
	24	2

Unidade Penal	IDADE	Totais
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE REGIME SEMIABERTO E ABERTO DE DOURADOS	25	4
	26	1
	27	5
	28	5
	29	2
	30	4
	31	5
	32	3
	33	2
	34	2
	35	4
	36	4
	37	1
	39	1
	40	2
	41	2
	42	1
	43	3
	44	2
	45	3
	47	1
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE REGIME SEMIABERTO E ABERTO DE DOURADOS	48	2
	50	1
	53	3
	55	2
	56	1
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE REGIME SEMIABERTO E ABERTO DE DOURADOS	57	1

Unidade Penal	IDADE	Totais
	60	1
	61	1
	68	1
	86	1
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE RIO BRILHANTE	18	1
	19	2
	20	2
	21	5
	22	8
	23	1
	24	2
	25	9
	26	11
	27	3
	28	6
	29	5
	30	6
	31	7
	32	7
	33	3
	34	7
	35	7
	36	6
	37	5
	38	4
	40	3
	41	2

Unidade Penal	IDADE	Totais
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE RIO BRILHANTE	42	2
	43	2
	44	3
	45	1
	46	2
	47	1
	48	1
	49	4
	53	1
	54	1
	55	1
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE SÃO GABRIEL DO OESTE	66	1
	19	1
	20	7
	22	3
	23	3
	24	3
	25	4
	26	10
	27	4
	28	6
	29	2
	30	2
	31	3
	32	1
	33	2
	34	4

Unidade Penal	IDADE	Totais
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE SÃO GABRIEL DO OESTE	35	2
	36	3
	37	3
	38	5
	39	1
	40	2
	41	5
	42	2
	43	3
	44	2
	45	2
	46	2
	47	1
	48	1
	49	2
	50	1
	51	1
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE TRÊS LAGOAS	54	2
	55	1
	59	1
	62	1
	19	1
	20	2
	21	2
	22	2
	23	5
	24	2

Unidade Penal	IDADE	Totais
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE TRÊS LAGOAS	26	2
	27	6
	28	2
	29	6
	30	4
	31	9
	32	5
	33	1
	34	3
	35	3
	36	4
	37	3
	38	4
	39	2
	40	4
	41	4
	42	7
	43	1
	44	4
	47	1
	50	4
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO DE TRÊS LAGOAS	51	1
	55	1
	56	2
	58	1
	62	1

Unidade Penal	IDADE	Totais
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO IRMÃ IRMA ZORZI	18	2
	19	2
	20	4
	21	6
	22	10
	23	4
	24	14
	25	10
	26	11
	27	14
	28	10
	29	13
	30	11
	31	7
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO IRMÃ IRMA ZORZI	32	10
	33	5
	34	10
	35	14
	36	4
	37	19
	38	14
	39	9
	40	7
	41	9
	42	5
	43	10
	44	4

Unidade Penal	IDADE	Totais
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO IRMÃ IRMA ZORZI	45	5
	46	5
	47	5
	48	2
	49	1
	50	1
	51	4
	52	1
	53	1
	55	4
	56	2
	57	1
	58	1
	59	3
	61	1
	62	1
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO LUIZ PEREIRA DA SILVA – JATEI	64	1
	65	1
	0	7
	19	1
	20	2
	21	1
	22	4
	23	3
	24	8
	25	4
	26	5

Unidade Penal	IDADE	Totais
	27	5
	28	3
	29	2
	30	3
	31	4
	32	4
	33	2
	34	4
	35	4
	36	5
	37	4
	38	2
	39	3
	40	5
	41	2
	42	2
	43	3
	44	5
	45	3
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO LUIZ PEREIRA DA SILVA – JATEI	47	1
	48	2
	49	2
	53	1
	54	1
	55	1
	57	1
	58	2

Unidade Penal	IDADE	Totais
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO LUIZ PEREIRA DA SILVA - JATEI	59	2
	60	1
	61	1
	65	1
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO PONTA PORÃ	19	4
	20	2
	21	3
	22	1
	23	3
	24	3
	25	6
	26	2
	27	3
	28	2
	29	1
	31	1
	32	8
	33	2
	35	1
	36	1
	37	2
	38	1
	40	2
	41	3
	42	1
	46	3
	47	2

Unidade Penal	IDADE	Totais
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO PONTA PORÃ	50	1
	51	1
	53	1
	55	1
	56	1
	63	1
	73	1
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO "CARLOS ALBERTO JONAS GIORDANO"	0	3
	3	1
	19	2
	20	1
	21	3
	22	3
	23	4
	24	7
	25	7
	26	6
	27	9
	28	6
	29	3
	30	8
	31	8
	32	2
	33	4
	34	7
	35	7
	36	5

Unidade Penal	IDADE	Totais
ESTABELECIMENTO PENAL FEMININO "CARLOS ALBERTO JONAS GIORDANO"	37	2
	38	5
	39	4
	40	1
	41	3
	42	3
	43	3
	44	1
	45	1
	46	3
	47	1
	48	1
	49	1
	50	2
	51	1
	52	3
	55	2
	56	1

Quadro 5 – Quantidade de mulheres cursando atividades escolares

Nome da Unidade Prisional	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação	Curso Técnico	Formação Continuada	Atividades Educacionais	Remição pela Leitura
EPFIIZ	52	17	01	0	0	0	28	30
EPFSAA-CG	0	01	02	01	0	0	174	0
EPFCAJG	46	26	0	0	0	0	27	0
EPFRSAA-D	0	03	04	0	0	0	53	0

EPFLPS	30	12	02	0	0	0	77	0
EPFPP	31	07	0	0	0	0	0	0
EPFRB	35	13	0	0	0	0	75	11
EPFSGO	17	13	0	0	0	0	0	24
PFTL	21	08	0	0	0	0	94	0

Quadro 6 – Quantidade de mulheres em atividades laborais

Nome da Unidade Prisional	Atividade Remunerada	Atividade Não Remunerada	Total de mulheres trabalhando
EPFIIZ	35	66	101
EPFSAA-CG	97	11	108
EPFCAJG	27	53	80
EPFRSAA-D	24	07	31
EPFLPS	35	29	64
EPFPP	20	17	37
EPFRB	74	37	111
EPFSGO	03	36	39
PFTL	59	21	80
TOTAL DE MULHERES EM ATIVIDADE LABORAIS NAS U.P. DO ESTADO			651

Quadro 7 – Capacidade e déficit de vagas

Regime Fechado Capital			Regime Semi aberto Capital			Regimes Fechado Interior			Regimes Semi aberto Interior		
Vagas	Lotação Atual	Déficit	Vagas	Lotação Atual	Déficit	Vagas	Lotação Atual	Déficit	Vagas	Lotação Atual	Déficit
231	261	30%	110	143	33%	414	586	41,55 %	40	88	120%

O sistema prisional do Estado de Mato Grosso do Sul conta atualmente com 1.078 mulheres presas, distribuídas em sete estabelecimentos prisionais de regime fechado e dois de regime semiaberto. Não há estabelecimentos prisionais mistos. A maioria das detentas foi

condenada por crimes tipificados em artigos diversos do Código Penal, como tráfico de drogas e homicídio.

Entre as detentas, 651 estão envolvidas em atividades laborais, sendo 337 remuneradas e 314 não remuneradas. Além disso, existem 185 detentas que se identificam como LGBTQI+, e a estrutura prisional inclui 05 berçários, 08 bibliotecas, espaços para oficinas de trabalho e auditórios. Há 11 mulheres grávidas e 28 crianças acompanhando suas mães nas unidades penais. Essas crianças têm menos de um ano de idade. A alimentação oferecida a essas mulheres grávidas, lactantes e bebês é diferenciada para atender suas necessidades específicas, incluindo três refeições diárias: café da manhã, almoço e jantar..

As visitas mensais nas unidades penais envolvem 37 adultos e 27 crianças. As unidades prisionais em cidades como Ponta Porã, Rio Brilhante, São Gabriel do Oeste e Três Lagoas recebem visitantes regularmente. As atividades educacionais estão presentes em várias unidades prisionais. Por exemplo, no Estabelecimento Penal Feminino "Irmã Irma Zorzi" (EPFIIZ), 52 mulheres estão no Ensino Fundamental, 17 no Ensino Médio e 30 participam da remição pela leitura. Similarmente, outras unidades como EPFCAJG e EPFRSAA-D também promovem a educação das detentas. As capacidades e déficits das vagas nos regimes fechado e semiaberto variam entre capital e interior. Por exemplo, na capital, o regime fechado tem um déficit de 30%, enquanto o regime semiaberto tem um déficit de 33%. No interior, o regime fechado enfrenta um déficit de 41,55% e o regime semiaberto um déficit de 120%.

No momento da elaboração deste plano, existem no estado 11 mulheres grávidas e 28 mulheres acompanhadas por seus filhos nas unidades penais. A alimentação oferecida a esta população é diferenciada devido às suas peculiaridades, sendo servidas três refeições diárias: café da manhã, almoço e jantar, para atender às necessidades nutricionais de grávidas, lactantes e bebês. O sistema prisional possui capacidade insuficiente, com déficits variando de 30% a 120% nas diferentes unidades, refletindo a necessidade de melhorias estruturais e políticas para garantir a dignidade e os direitos das detentas.

2.1.1. Estrutura física por unidade prisional

Levantamento de espaços, equipamentos e mobiliário das unidades materno-infantis, creches, berçários, bibliotecas, unidades de saúde, oficinas e espaços para trabalho, dentre outros espaços, indicando a situação por estabelecimento penal:

Quadro 8 – Espaços, equipamentos e mobiliários por estabelecimento penal

Continua

Nome da Unidade Prisional	Escola	UBS	Biblioteca	Berçário	Creche	Espaço de Trabalho	Local para assistência religiosa *
EPFIIZ	SIM	SIM	SIM	01	01	SIM	SIM
EPFSAA-C G	NÃO	NÃO	NÃO	01	0	SIM	SIM
EPFCAJG	SIM	SIM	SIM	01	01	SIM	SIM

Quadro 8 – Espaços, equipamentos e mobiliários por estabelecimento penal

Conclusão

Nome da Unidade Prisional	Escola	UBS	Biblioteca	Berçário	Creche	Espaço de Trabalho	Local para assistência religiosa *
EPFRSAA-D	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	SIM	não
EPFLPS	SIM	SIM	NÃO	0	0	SIM	não
EPFPP	SIM	SIM	NÃO	0	0	SIM	não
EPFRB	SIM	SIM	NÃO	01	0	SIM	SIM
EPFSGO	SIM	SIM	SIM	0	0	SIM	não
PFTL	SIM	SIM	NÃO	01	01	SIM	SIM

*Sem espaço específico, mas há assistência religiosa em todas as UPs femininas



3. DIAGNÓSTICO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ATENÇÃO ÀS PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL E SEUS FAMILIARES DESTINADO A MULHERES EGRESSAS

Este item apresenta um panorama dos serviços especializados de atenção às mulheres egressas do sistema prisional e seus familiares, incluindo dados detalhados sobre o perfil das egressas quanto a gênero, raça, etnia, escolaridade, condição socioeconômica, situação laboral, faixa etária, condição de saúde, deficiência, situação de moradia, situação familiar e processual. Serão descritas as atividades desenvolvidas nas unidades prisionais femininas e a composição das equipes envolvidas, com ênfase na promoção de mulheres em cargos de liderança e gestão.

3.1 Cenário do Serviço Especializado de Atenção às Pessoas Egressas e seus familiares

Atualmente, existem no estado 150 mulheres egressas em acompanhamento através do Escritório Social, sendo encaminhadas aos serviços especializados da rede, conforme detalhado em planilhas objetivas.

Quadro 9 – Perfil de mulheres acompanhadas

Continua

Variável	Categoria	Frequência (n)	Porcentagem (%)	Total (n)	Total (%)
Gênero	CIS	149	99,3	150	100,0
	TRANS	1	0,7		
Etnia	Parda	105	70,0	150	100,0
	Branca	35	23,3		
	Preta	10	6,7		
Escolaridade	Analfabeta	3	2,0	150	100,0
	E.F Incompleto	72	48,0		
	E.F Completo	7	4,7		
	E.M Incompleto	45	30,0		
	E.M Completo	21	14,0		
	Superior Incompleto	9	6,0		
	Superior Completo	5	3,3		
Condição Socioeconômica	Baixa Renda	150	100	150	100,0
Situação Laboral	Desempregada	63	42,0	150	100,0
	Aposentada	8	5,3		
	Vínculo Formal	43	28,7		
	Vínculo Informal	20	13,3		
	Autônoma	16	10,7		
Faixa Etária	20-29	20	13,3	150	100,0
	30-39	45	30,0		
	40-49	37	24,7		
	50-59	21	14,0		
	60+	27	18,0		

Quadro 9 – Perfil de mulheres acompanhadas

Conclusão

Variável	Categoria	Frequência (n)	Porcentagem (%)	Total (n)	Total (%)
Saúde	Preservada	109	72,7	150	100,0
	Hipertensão	16	10,7		
	Diabetes	8	5,3		
	Depressão	3	2,0		
	HIV	2	1,3		
	Doenças	2	1,3		
	Cardíacas				
	Ansiedade	1	0,7		
	Artrite	1	0,7		
	Bipolar	1	0,7		
	Bronquite	2	1,3		
	Câncer	3	2,0		
	Psoríase	1	0,7		
	Epilepsia	1	0,7		
Deficiência	Não	148	98,7	150	100,0
	Surdez	1	0,7		
	Visão	2	1,3		
Situação de Moradia	Casa Alugada	63	42,0	150	100,0
	Casa Própria	58	38,7		
	Imóvel Cedido	19	12,7		
	Imóvel Inadido	6	4,0		
Filhos	0	10	6,7	150	100,0
	1	29	19,3		
	2	31	20,7		
	3	33	22,0		
	4	25	16,7		
	5	6	4,0		
	6	3	2,0		
	7	1	0,7		
	8	1	0,7		
Situação Processual	Liberdade	101	67,3	150	100,0
	Condicional				
	Semiaberto	4	2,7		
	Monitoramento Eletrônico	5	3,3		
	Aberto	3	2,0		
	Medida de Segurança	3	2,0		
	Extinção de Pena	2	1,3		

Quadro 10 – Espaços, equipamentos e mobiliários por estabelecimento penal

Nome da Unidade Prisional	Escola	UBS	Biblioteca	Berçário	Creche	Espaço de Trabalho	Local para assistência religiosa (não há espaço específico, mas há assistência religiosa em todas as UPs femininas)
EPFIIZ	SIM	SIM	SIM	01	01	SIM	SIM
EPFSAA-CG	NÃO	NÃO	NÃO	01	0	SIM	SIM
EPFCAJG	SIM	SIM	SIM	01	01	SIM	SIM
EPFRSAA-D	NÃO	NÃO	NÃO	0	0	SIM	não
EPFLPS	SIM	SIM	NÃO	0	0	SIM	não
EPFPP	SIM	SIM	NÃO	0	0	SIM	não
EPFRB	SIM	SIM	NÃO	01	0	SIM	SIM
EPFSGO	SIM	SIM	SIM	0	0	SIM	não
PFTL	SIM	SIM	NÃO	01	01	SIM	SIM



4. GESTÃO

No âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o ato normativo que cria e institui as atribuições do Comitê Gestor da Política de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas no Sistema Prisional Estadual é o Decreto nº 14.094, de 4 de dezembro de 2014.

O órgão responsável pela gestão das Políticas Estaduais de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos no Estado de Mato Grosso do Sul é a Secretaria de Estado da Cidadania de Mato Grosso do Sul (SEC).

Dentro da administração penitenciária estadual, no âmbito da AGEPEN, essa competência está inserida na Diretoria de Assistência Penitenciária (DAP), através da Divisão de Promoção Social (DPS)/DAP/AGEPEN/MS.

As normativas estaduais que possuem normas específicas para o tratamento das mulheres privadas de liberdade e egressas no MS são:

Portaria AGEPEN 73, de 2 de agosto de 2023: dispõe sobre as regras para formalização de convênio com as entidades educacionais referente aos cursos livres realizados à distância a serem ministrados aos presos que estão sob a égide da AGEPEN;

Portaria AGEPEN nº 51, de 1º de setembro de 2022: dispõe sobre a implementação da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional;

Portaria Normativa AGEPEN-MS nº 50, de 9 de agosto de 2022: disciplina o direito de visita nas Unidades Penais e dá outras providências;

Portaria Normativa AGEPEN nº 49, de 6 de maio de 2022: altera a Portaria AGEPEN nº 43, de 27 de abril de 2020, que dispõe sobre a realização de visita social virtual assistida através de videochamadas às pessoas privadas de liberdade;

Portarias AGEPEN nº 23 e 48, de 11 de setembro de 2018 – Consolidada: dispõe sobre a Assistência Religiosa Voluntária nas Unidades Prisionais da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul;

Portaria AGEPEN nº 19, de 17 de maio de 2021: estabelece os parâmetros para acolhimento de pessoas que se identificam como LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou com outras orientações sexuais e identidades de gênero não contempladas pela sigla), em privação de liberdade no Estado de Mato Grosso do Sul;

Portaria AGEPEN nº 15, de 13 de abril de 2021: disciplina o Projeto de Remição pela Leitura e a política de aquisição de acervo bibliográfico na AGEPEN/MS;

Portaria AGEPEN nº 08, de 10 de março de 2021: dispõe sobre a padronização do uniforme a ser usado pelos custodiados nos estabelecimentos penais da Agência Estadual de

Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul (AGEPEN), e dá outras providências;

Portaria AGEPEN nº 43, de 27 de abril de 2020: dispõe sobre a realização de visita social virtual assistida através de videochamadas às pessoas privadas de liberdade;

Portaria AGEPEN nº 33, de 12 de março de 2019: dispõe sobre regras para a entrada de alimentos e objetos levados pelos familiares às unidades prisionais de regime semiaberto e aberto (masculino e feminino);

Portaria AGEPEN nº 023, de 11 de setembro de 2018: dispõe sobre a Assistência Religiosa Voluntária nas Unidades Prisionais da AGEPEN/MS;

Resolução nº 28, de 6 de outubro de 2022: estabelece diretrizes para a realização de revista pessoal em estabelecimentos prisionais e veda a utilização de práticas vexatórias para o controle de ingresso aos locais de privação de liberdade; revoga a Resolução nº 5, de 28 de agosto de 2014; e dá outras providências;

Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021: estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade.

5. PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO

Quadro 11 – Projeto Saúde Menstrual

1. Projeto Saúde Menstrual para todas as unidades penais femininas do estado.

Orçamento: R\$ 99 mil

Fonte de recursos: Fundo a Fundo 2022

As ações são apoiadas/financiadas com recursos do Governo Federal: Sim

As ações são apoiadas/financiadas com recursos provenientes de parcerias: Não

Unidades prisionais em que as ações são desenvolvidas: 09

Quantidade de mulheres privadas de liberdade e egressas envolvidas: **1078**

1.1. Oficinas de fabricação de absorventes e fraldas descartáveis do Projeto Dignidade Menstrual

Orçamento: maquinários foram doados e os insumos para início da produção aproximadamente R\$ 50 mil

Fonte de recursos: Fundo a Fundo voluntário

As ações são apoiadas/financiadas com recursos do Governo Federal: Sim

As ações são apoiadas/financiadas com recursos provenientes de parcerias: Sim, após o início do projeto.

Unidades prisionais em que as ações são desenvolvidas: 09

Quantidade de mulheres privadas de liberdade e egressas envolvidas: **1078**

(quantidade variável conforme a entrada e saída das privadas de liberdade)

Quadro 12 – Aquisição de scanner de bagagem

2. Aquisição de scanner de bagagem para EPFPP E EPFTL

Orçamento: R\$ 287.100,00

Fonte de recursos: Fundo a Fundo 2017

As ações são apoiadas/financiadas com recursos do Governo Federal: Sim

As ações são apoiadas/financiadas com recursos provenientes de parcerias: Não

Unidades prisionais em que as ações são desenvolvidas: EPFPP E EPFTL

Quantidade de mulheres privadas de liberdade e egressas envolvidas: em média 170

Quadro 13 – Pronatec Mulheres Mil

3. PRONATEC – Mulheres Mil para EPFIIZ, EPFRSAA-CG, EPFPP, EPFSGO, EPFTL, EPFRB

Financiador: Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Estadual

As ações são apoiadas/financiadas com recursos do Governo Federal: Sim

As ações são apoiadas/financiadas com recursos provenientes de parcerias: Não

Ao todo serão ofertadas 105 vagas

Unidades prisionais em que as ações são desenvolvidas: EPFIIZ, EPFRSAA-CG, EPFPP, EPFSGO, EPFTL, EPFRB

Quantidade de mulheres privadas de liberdade e egressas envolvidas: 105

Quadro 14 – Construção de cadeia pública feminina

4. Continuidade da construção da Cadeia Pública Feminina em Campo Grande/MS

Orçamento: em fase de nova licitação

Fonte de Recursos: Repasse Voluntário DEPEN

As ações são apoiadas/financiadas com recursos do Governo Federal: Sim

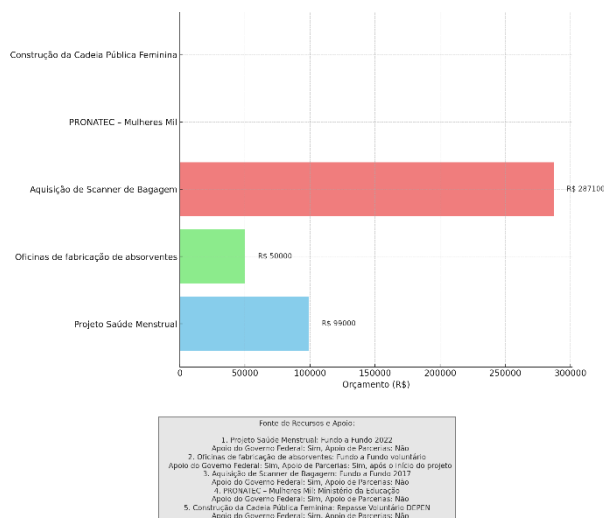
As ações são apoiadas/financiadas com recursos provenientes de parcerias: Não

Previsão de entrega da obra 2027.

Unidades prisionais em que as ações são desenvolvidas: EPFIIZ

Quantidade de mulheres privadas de liberdade e egressas envolvidas: previsão de 407 vagas

Figura 1 – Representação gráfica dos programas a partir do mapa de investimentos



Fonte: AGEPEN (2024).

Principais dificuldades e estratégias adotadas

Para garantir a participação do órgão responsável pela administração penitenciária na definição das ações, há um planejamento antecipado durante a elaboração dos Planos Plurianuais. Como estratégia para o acompanhamento da utilização dos recursos disponíveis, são elaboradas planilhas de monitoramento da execução. Contudo, quanto às principais dificuldades e estratégias adotadas, a maior dificuldade é a execução, devido principalmente à alta nos preços. Portanto, um projeto deve ser pensado em todo o seu ciclo.

A seguir, são detalhadas as estratégias e dificuldades em conformidade com cada um dos programas desenvolvidos no ambiente prisional do Mato Grosso do Sul.

Em relação à realização de cursos e oficinas de trabalho, as principais dificuldades encontram-se na morosidade das licitações dos insumos e da mão de obra dos respectivos cursos. Além disso, os recursos repassados não permitem a compra de equipamentos, limitando o atendimento das necessidades de trabalho e a contratação de mão de obra nas unidades penais.

Para contornar esses problemas, baseamos nossas escolhas em cursos que necessitam apenas de insumos (ex.: garçom, auxiliar administrativo) e em cursos para as oficinas de trabalho já previamente funcionando, qualificando, assim, novos profissionais na área.



6. REDE PARCEIRA

A interlocução com a rede privada e a rede pública de atendimento nas unidades prisionais femininas do Estado é fundamental para a implementação eficaz de diversas políticas e parcerias, tanto formais quanto informais. Essa colaboração envolve múltiplos setores, incluindo assistência social, saúde, educação e programas específicos voltados ao apoio e reintegração das mulheres privadas de liberdade. A seguir, são detalhadas as principais ações e parceiros envolvidos, assim como o alcance e impacto dessas iniciativas nas unidades prisionais femininas.

Quadro 15 – Rede parceira

Continua

Ação	Parceiros	Há instituição formal da parceria? (Se sim, enviar a documentação o como anexo do plano)	Unidades prisionais (ou equipamentos de atenção a egressos) em que as ações são desenvolvidas	Quantidade de mulheres privadas de liberdade e egressas envolvidas, por ação
Educação Formal e cursos profissionalizantes	Secretaria Estadual de Educação, , Funtrab, Secretaria Estadual de Cultura e Esporte, Universidades	Sim	Todas as Unidades Penais Femininas do Estado	1408 mulheres

Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)	CNJ e Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ/MS)	Sim	Todas as Unidades Penais Femininas do Estado	1408 mulheres
ARPEN Brasil	Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN-BRASIL), CNJ e TJ/MS	Sim	Todas as Unidades Penais Femininas do Estado	1408 mulheres
Termos de Cooperação	Conselho da Comunidade, Prefeituras Municipais e CEPA – Central de Penas Alternativas	Sim	Todas as Unidades Penais Femininas do Estado das as Unidades	1408 mulheres
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)-	Secretarias de Saúde Municipais e Estadual	Sim	Todas as Unidades Penais Femininas do Estado das as Unidades	1408 mulheres
Assistência a Dependentes Químicos	Grupo do Narcóticos Anônimos	Não	Todas as Unidades Penais Femininas do Estado das as Unidades	1408 mulheres
Projeto a conexão do afeto	o Instituto Ação pela Paz	Sim	Todas as Unidades Penais Femininas do Estado das as Unidades	1408 mulheres
Projeto Crescer Prisional	igreja Verbo da Vida	Sim	EPFIIZ	Em média 07 mulheres

Quadro 15 – Rede parceira

Ação	Parceiros	Há instituição formal da parceria? (Se sim, enviar a documentação o como anexo do plano)	Unidades prisionais (ou equipamentos de atenção a egressos) em que as ações são desenvolvidas	Conclusão
				Quantidade de mulheres privadas de liberdade e egressas envolvidas, por ação
Projeto Livre Gestar-Maternar	igreja Verbo da Vida	Sim	EPFIIZ	Em média 07 mulheres
Ações do Centro De Referência Em Direitos Humanos De Prevenção E Combate À Homofobia	Centro de Referência Em Direitos Humanos De Prevenção E Combate À Homofobia (CENTHRO)	Sim	EPFIIZ e EPFRSAA-CG	Em média 78
Campanha de Inverno	Entidades Religiosas	Não	Todas as Unidades Penais Femininas do Estado das as Unidades	1408 mulheres

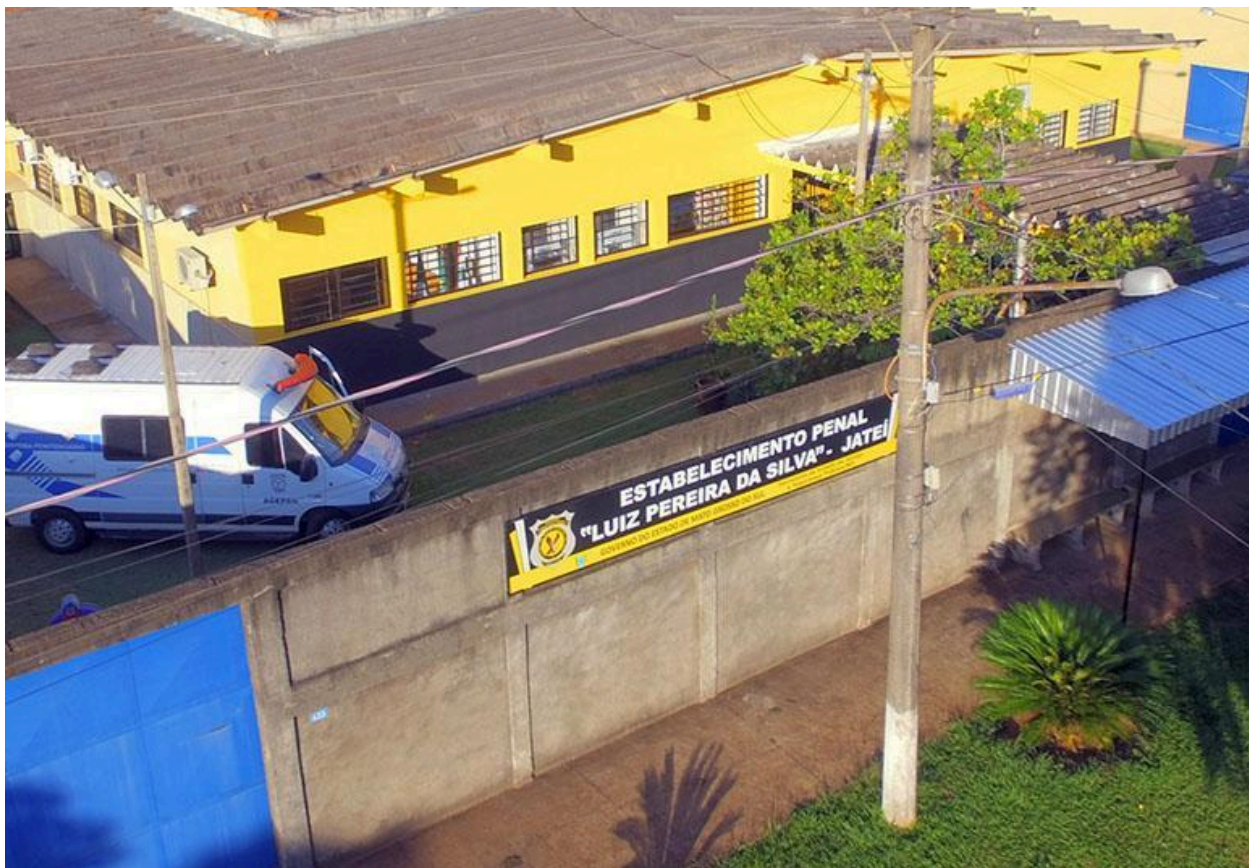
As ações nas unidades prisionais femininas do Estado incluem educação formal e cursos profissionalizantes, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, Funtrab, Secretaria Estadual de Cultura e Esporte e Universidades, beneficiando 1408 mulheres. O Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), implementado pelo CNJ e TJ/MS, também abrange todas as unidades, assim como a atuação da ARPEN-BRASIL em conjunto com o CNJ e TJ/MS. Termos de cooperação com o Conselho da Comunidade, Prefeituras Municipais e CEPA, bem como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), têm parcerias formalizadas com Secretarias de Saúde Municipais e Estadual, envolvendo 1408 mulheres em ambas as ações. O Grupo do Narcóticos Anônimos fornece assistência a dependentes químicos sem formalização de parceria, enquanto o Projeto A Conexão do Afeto, pelo Instituto Ação pela Paz, e os projetos Crescer Prisional e Livre Gestar-Maternar, pela Igreja Verbo da Vida, têm parcerias formalizadas, com os dois últimos atendendo em média 7 mulheres na EPFIIZ. As ações do CENTHRO ocorrem na EPFIIZ e EPFRSAA-CG, envolvendo em média 78 mulheres, e a Campanha de Inverno por Entidades Religiosas atinge 1408 mulheres, sem parceria formal.

A interlocução com a rede privada e a rede pública de atendimento nas unidades prisionais femininas do Estado é estabelecida por meio de diversas políticas e parcerias formais e informais. Na Política de Assistência Social, a comunicação ocorre principalmente com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). As unidades prisionais encaminham as necessidades das

mulheres privadas de liberdade para esses centros, que oferecem serviços de proteção social básica e especial, incluindo o Cadastro Único para programas sociais.

Em relação à Política de Saúde, a interlocução é realizada com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS). As Secretarias de Saúde Municipais e Estadual mantêm uma coordenação contínua com as unidades prisionais para garantir o atendimento médico, psicológico e psiquiátrico das detentas, além de implementar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

Na Política de Educação, a Secretaria Estadual de Educação e Universidades colaboram com as unidades prisionais para oferecer educação formal e cursos profissionalizantes. Essa colaboração inclui a elaboração de programas educativos adaptados às necessidades das detentas e a oferta de cursos que facilitam a reintegração social e profissional após o cumprimento da pena. Essa rede de interlocução garante que as políticas públicas sejam efetivamente aplicadas dentro do sistema prisional, promovendo a inclusão social e o bem-estar das mulheres privadas de liberdade.



7. PLANO DE AÇÃO

Este plano de ação visa implementar políticas abrangentes e eficazes para a atenção às mulheres privadas de liberdade e egressas no estado de Mato Grosso do Sul. A interlocução com a rede privada e a rede pública de atendimento é fundamental para o sucesso das iniciativas, garantindo um atendimento integrado e humanizado que promova a reintegração social e a melhoria das condições de vida dessas mulheres. No Eixo Gestão, se destacam ações como a realização de reuniões semestrais do Comitê Gestor Estadual de Política de Atenção às Mulheres Presas e Egressas, além da atualização e encaminhamento de dados específicos das mulheres privadas de liberdade. No Eixo Promoção da Cidadania, o enfoque envolve a implementação de ações para a emissão de documentos, retificação de nome, regularização da guarda dos filhos e atendimento socioassistencial, com metas estabelecidas para os próximos 36 meses. O Eixo Modernização do Sistema Prisional prevê a execução de visitas virtuais em todas as unidades prisionais femininas, enquanto o Eixo Formação e Capacitação de Servidores foca na realização de treinamentos sobre temáticas específicas para garantir a qualificação contínua dos profissionais envolvidos. A execução eficaz dessas ações depende da colaboração de todas as partes envolvidas, visando sempre o bem-estar e a dignidade das mulheres privadas de liberdade.

7.1. Eixo Gestão

7.1.1 Comitê Gestor

Quadro 16 – Comitê gestor

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Comitê Gestor	Nº de reuniões	Realizar 4 reuniões anuais do Comitê Gestor Estadual de Política de atenção às mulheres presas e egressas, com a produção de atas, para monitoramento, avaliação, instituição de ações e parcerias, adequações necessárias.	Realização de 02 (duas) reuniões semestrais	Envio de ofício para convocação	Diretoria de Assistência Penitenciária, através da Divisão de Promoção Social

7.1.2. Base de dados

Quadro 17 – Bases de dados

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Base de Dados	Nº de mulheres privadas de liberdade com seus dados específicos atualizados (gravidez, filhos até 12 anos ou deficientes, lactantes, parturiente idosa, benefício de indulto/habeas corpus coletivo) no sistema informatizado.	Inserir os dados específicos das mulheres presas (gravidez, filhos até 12 anos ou deficientes, lactantes, parturiente idosa, benefício de indulto/habeas corpus coletivo) em sistema informatizado. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Ponto focal da Agepen se qualifica através do SISDEPEN e faz com os pontos focais.	Todas as Unidades Penais
Base de Dados	Nº de mulheres privadas de liberdade na condição de mães com filhos de até 12 anos ou deficientes, grávidas, lactantes e parturientes e idosas, que tiveram o nome encaminhado para a DPE, MP, Vara de Execução Penal e/ou Infância Juventude.	Encaminhar listagem de mulheres presas na condição de mães com filhos de até 12 anos ou deficientes, grávidas, lactantes e parturientes e idosas, a DPE, MP, Vara de Execução Penal e/ou Infância Juventude. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Preenchimento Mensal no Sistema SIAPEN/ Aba Módulo Mulher	Unidades Penais e COVEP
Base de Dados	Nº de Mulheres, trans e cis, Egressas dos	Levantamento de dados de mulheres	Julho 2027	Preenchimento Mensal no Sistema SIAPEN/	Unidades Penais

Sistema Prisional com seus dados específicos atualizados (considerando gênero, raça e etnia, maternidade, deficiência, faixa etária, condição socioeconômica, situação processual	egressas do sistema prisional em acompanhamento nos Serviços Especializados de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e seus familiares.
	12 meses – 30%
	24 meses – 60%
	36 meses – 100%

7.1.3 Lotação das mulheres privadas de liberdade

Não há no estado de Mato Grosso do Sul unidades prisionais mistas.

7.2 Eixo Promoção da Cidadania

7.2.1 Assistência Social

Quadro 18 – Assistência Social

Continua

Subeixo	Indicador	Meta	Cronogram a (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituiç ões envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Assistênci a Social	Nº de mulheres privadas de liberdade com identificação civil. (Carteira de Identidade)	Realizar a emissão da identificação civil de todas as mulheres privadas de liberdade que não tenham registro. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho de 2027	A cada 06 (seis) meses tentar atenuar a falta de documentação das custodiadas, por meio de mutirão realizados nas Unidades Penais	ARPEN CRC JUD, PONTOS FOCAIS DAS UP, SEJUSP E Institutos de Identificação
Assistênci a Social	Nº de mulheres trans privadas de liberdade que retificaram o nome na certidão de nascimento dentro do sistema penitenciário estadual.	Realizar a retificação do nome de todas as mulheres trans privadas de liberdade que desejarem ter o nome retificado. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho de 2027	Levantamento a cada 06 (seis) meses a fim de verificar a demanda existente.	Subsecretaria de Políticas Públicas LGBTQIA+ e a Unidade Penal envolvida
Assistênci a Social	Nº de mulheres egressas do sistema prisional com documentação civil básica (CPF, título de eleitor, carteira de trabalho e Previdência Social - RTPS) regularizada.	Estruturar fluxo para encaminhamento de mulheres egressas do sistema prisional para regularização de documentos junto a rede parceira. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Verificação no momento de atendimento/inclu são das Mulheres egressas que serão atendidas no Escritório Social de Campo Grande-MS	Escritório Social e órgãos de identificação civil de documentação

Assistênci a Social	Nº de mulheres privadas de liberdade condenadas atendidas pela Comissão Técnica de Classificação	Estruturar Comissões Técnicas de Classificação para trabalhar com a individualização da pena, no sentido de conhecer as especificidades de mulheres privadas de liberdade e realizar os devidos encaminhamentos 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	PORTARIAS INTERNAS das Unidades Penais para realização da classificação interna	Unidades Penais
------------------------	--	--	------------	---	-----------------

Quadro 18 – Assistência Social

Continua

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Assistênci a Social	Nº de mulheres privadas de liberdade com a guarda dos seus filhos regularizada.	Encaminhar solicitação de regularização de guarda dos filhos das mulheres privadas de liberdade, para as defensorias públicas ou órgão similar e monitorar se ocorreu a regularização. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Levantamento de acordo com a existência da necessidade	Encaminhar solicitação de regularização de guarda dos filhos das mulheres privadas de liberdade, para as defensorias públicas e familiares.
Assistênci a Social	Nº de mulheres privadas de liberdade atendidas pela assistência social da unidade.	Promover o atendimento de assistência social nas unidades femininas para acesso a proteção social básica e outras demandas. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Conforme demanda de solicitação de audiência para atendimento interno na Assistência Social. Inclusões 100% realizadas	Unidades Penais
Assistênci a Social	Nº de Mulheres egressas do sistema prisional encaminhadas para atendimento em serviços, programas, benefícios e projetos socioassistenciais	Realizar mapeamento da rede socioassistencial disponível para atendimento a mulheres egressas do sistema prisional, a partir da articulação com a política de assistência social	Julho 2027	Atendimento de egressas para realizar monitoramento e os devidos encaminhamentos a rede da política de assistência social	Escritório Social e rede de assistência social do município

	nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhamentos das mulheres egressas para acompanhamento na rede socioassistencial, conforme as demandas identificadas. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%
--	---

Quadro 18 – Assistência Social

Conclusão

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Assistência Social	Nº de familiares de mulheres privadas de liberdade encaminhados para acesso aos serviços, programas, benefícios e projetos socioassistenciais	Realizar mapeamento da rede socioassistencial disponível para a população privada de liberdade e sua família, a partir da articulação com a política de assistência social nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhamentos das famílias da mulher privada de liberdade para acompanhamento na rede socioassistencial, conforme as demandas identificadas. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Atendimento de familiares das egressas para realizar monitoramento e os devidos encaminhamentos a rede da política de assistência social	Escritório Social e rede de assistência social do município
Assistência Social	Nº de familiares de mulheres egressas do sistema prisional encaminhados para acesso aos serviços, programas, benefícios e	Realizar mapeamento da rede socioassistencial disponível para atendimento a familiares de mulheres egressas do sistema prisional, a partir da articulação com a	Julho 2027	Verificação no momento de atendimento dos familiares pelo Escritório Social	Escritório Social e rede de assistência social do município

	projetos socioassistenciais	política de assistência social nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhamentos de familiares de mulheres egressas para acompanhamento na rede socioassistencial, conforme as demandas identificadas. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%			
Assistência Social	Nº total de mulheres privadas de liberdade que receberam visitas.				
1.1					
1.2					
	Nº de mulheres privadas de liberdade que receberam visita dos filhos(as).	Organizar atividades de convivência familiar (visita comum, social, de pátio, virtual, etc.) às mulheres privadas de liberdade.			
1.3					
	Nº de mulheres privadas de liberdade que receberam visita de parentes.		Julho 2027	Cadastramento de visitantes e lançamento no livro de Portaria da Unidade	Unidade Penal e Patronato Penitenciário
1.4		12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%			
	Nº de mulheres privadas de liberdade que receberam visita de pessoa amiga.				
1.5					
	Nº de mulheres privadas de liberdade que receberam visita de outros(as).				

7.2.2 Assistência Material

Quadro 19 – Assistência Material

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Assistência Material	Nº de mulheres privadas de liberdade que receberam absorventes no período:	Manter a dignidade menstrual das mulheres privadas de liberdade. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Produção de absorventes e compra dos insumos, e absorventes e materiais de higiene pela autarquia	Unidades Penais e Agepen, entidades religiosas
Assistência Material	Nº de mulheres privadas de liberdade que receberam roupas íntimas: calcinha ou cueca e sutiã ou top.	Fornecer roupas íntimas para as mulheres privadas de liberdade. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Compra direta por meio do órgão de Administração Penitenciária e/ou doações	Unidades Penais e Agepen

7.2.3 Assistência Saúde

Quadro 20 – Assistência Saúde

Continua

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Saúde	Nº de mulheres privadas de liberdade com doenças crônicas e/ou respiratórias que receberam atendimento médico.	Manter os dados das mulheres presas com doenças crônicas e/ou respiratórias atualizados e oferecer atendimento médico às mesmas. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Siapen e Divisão de Saúde manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Saúde (SESAU – Secretaria Municipal de Saúde e SES - Secretaria Estadual De Saúde)

Quadro 20 – Assistência Saúde

Continua

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Saúde	Nº de mulheres vacinadas em períodos específicos agendados pelo ministério da saúde:	Todas as mulheres privadas de liberdade estarem vacinadas de acordo com os períodos específicos agendados pelo Ministério da Saúde. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Siapen e Divisão de Saúde manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Saúde
Saúde	Nº de mulheres atendidas -saúde da mulher (ginecologia e mastologia)	Realizar atendimentos de ginecologia e mastologia a todas as mulheres privadas de liberdade. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Siapen e Divisão de Saúde manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Saúde
Saúde	Nº de mulheres trans que realizam tratamento de hormonioterapia.	Realizar encaminhamento ao procedimento de hormonização às mulheres trans que desejarem. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Levantamento e encaminhamento o via Setor de Saúde da Unidade Penal para a regulação do atendimento	Realizar encaminhamento ao procedimento de hormonização às mulheres trans que desejarem, através da Unidade Penal do Setor de Saúde ao Hospital Universitário que oferece o serviço, mas ainda não está em funcionamento adequado.
Saúde	Nº de mulheres gestantes que realizaram consulta pré-natal	Atendimento pré-natal para todas as mulheres gestantes encarceradas. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Siapen e Divisão de Saúde manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Setor de Saúde da Unidade Penal – Rede Cegonha (SUS)
Saúde	Nº de crianças que realizaram	Realização de consultas médicas	Julho 2027	Siapen e Divisão de	Unidades Penais e Divisão de Saúde

	consultas médicas	a todas as crianças que acompanham suas mães na prisão. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%		Saúde manterão os dados atualizados	através da Regulação no SISREG – Sistema de Regulação de vagas - SUS
Saúde	Nº de mulheres puérperas e lactantes que realizaram consultas pós-parto	Atendimento pós-parto a todas as mulheres puérperas e lactantes. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Siapen e Divisão de Saúde manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Setor de Saúde da Unidade Penal para o acompanhamento

Quadro 20 – Assistência Saúde

Conclusão

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Saúde	Nº de Mulheres egressas do sistema prisional encaminhadas para atendimento em serviços de atenção à saúde, inclusive saúde mental.	Realizar mapeamento da rede de saúde disponível para atendimento a mulheres egressas do sistema prisional, a partir da articulação com a política de saúde nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhamentos das mulheres egressas para acompanhamento na rede de saúde conforme as demandas identificadas. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	Julho 2027	Atendimento, encaminhament o e monitoramento das mulheres egressas identificadas para a rede de saúde dos municípios.	Escritório Social, CAPS-AD , CAPS, bem como, sistema de saúde municipal e estadual

7.2.4 Assistência à Educação, Cultura e Esporte

Quadro 21 – Assistência à Educação, Cultura e Esporte

Continua

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Educação	Nº total de mulheres privadas de liberdade em educação formal.	Aumentar em 10% o número de mulheres privadas de liberdade em educação formal. 12 meses - 5% 24 meses – 15% 36 meses – 20%	Julho 2027	Siapen e Divisão de Educação manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Educação
Educação	Nº de mulheres privadas de liberdade negras em educação formal.	Aumentar o número de mulheres negras em educação formal. 12 meses - 5% 24 meses – 15% 36 meses – 20%	Julho 2027	Siapen e Divisão de Educação manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Educação

Quadro 21 – Assistência à Educação, Cultura e Esporte

Continua

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Educação	Nº de Mulheres egressas do sistema prisional encaminhadas em educação formal .	Realizar mapeamento da rede de educação profissional disponível para atendimento a mulheres egressas do sistema prisional, a partir da articulação com as ações de profissionalização nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhamentos das mulheres egressas para profissionalização conforme as demandas identificadas.	Julho 2027	Siapen e Divisão de Educação manterão os dados atualizados	“Sistema S” , empresas e fundações parceiras
Educação	Nº total de mulheres privadas de liberdade em atividade de remição pela leitura.	Aumentar 50% o número de mulheres privadas de liberdade em atividades de remição pela leitura. 12 meses – 15% 24 meses – 30% 36 meses – 50%	Julho 2027	Siapen e Divisão de Educação manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Educação
Educação	Nº de mulheres privadas de liberdade negras em remição pela leitura.	Aumentar o número de mulheres negras em remição pela leitura. 12 meses – 15% 24 meses – 30% 36 meses – 50%	Julho 2027	Siapen e Divisão de Educação manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Educação
Educação	Nº total de mulheres privadas de liberdade em ensino profissionalizante.	Aumentar o número de mulheres privadas de liberdade em ensino profissionalizante. 12 meses – 5% 24 meses – 15% 36 meses – 20%	Julho 2027	Siapen e Divisão de Educação manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Educação

Quadro 21 – Assistência à Educação, Cultura e Esporte

					Conclusão
Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Educação	Nº de mulheres privadas de liberdade negras em ensino profissionalizante.	Aumentar o nº de mulheres privadas de liberdade negras em ensino profissionalizante 12 meses – 5% 24 meses – 15% 36 meses – 20%	Julho 2027	Siapen e Divisão de Educação manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Educação
Educação	Nº de Mulheres egressas do sistema prisional encaminhadas para ensino profissionalizante.	Realizar mapeamento da rede de educação profissional disponível para atendimento a mulheres egressas do sistema prisional, a partir da articulação com as ações de profissionalização nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhamentos das mulheres egressas para profissionalização conforme as demandas identificadas.	Julho 2027	Siapen e Divisão de Educação e Escritório Social manterão os dados atualizados	Escritório Social e Divisão de Educação
Educação	Nº de mulheres privadas de liberdade que participaram de ações de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher.	Realizar ações de enfrentamento à violência doméstica contra mulher (ex: palestras, workshops, etc)	Julho 2027	Fomentar a aplicação de palestras, dinâmicas e workshops que orientam as mulheres acerca do enfrentamento à violência doméstica	Unidades Penais e secretarias municipais e estaduais, Vara da violência doméstica, ligadas a temática
Esporte	Nº de mulheres privadas de liberdade que realizaram	Incluir 10% do quantitativo de mulheres presas em atividades esportivas e de	Julho 2027	Siapen e Divisão de Educação manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Educação

	atividades esportivas.	remição por atividades esportivas, nas unidades prisionais femininas (podendo ser jogos de tabuleiro, dança ou relaxamento).			
Cultura	Nº de mulheres participantes de atividades culturais realizadas (ex: sarau literário, cinema, teatro, música, etc.).	Incluir 30% do quantitativo de mulheres presas em atividades de remição por atividades culturais, podendo ser por meio do cinema e da música.	Julho 2027	Siapen e Divisão de Educação manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Educação com parcerias (faculdades e órgão envolvidos)

7.2.5 Assistência ao Trabalho e Renda

Quadro 22 – Assistência ao Trabalho e Renda

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/ instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Trabalho e Renda Trabalho e Renda Trabalho e Renda Trabalho e Renda Trabalho e Renda Trabalho e Renda	Nº total de mulheres privadas de liberdade em atividades laborais:	Aumentar em 20% o número de mulheres privadas de liberdade em atividades laborais. 12 meses – 5% 24 meses – 15% 36 meses – 20%	JULHO DE 2027	Siapen e Divisão de Trabalho Prisional manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Trabalho Prisional
	Nº de mulheres privadas de liberdade negras em atividades laborais:	Aumentar o número de mulheres negras privadas de liberdade principalmente em espaços onde exija qualificação técnica. 12 meses – 5% 24 meses – 15% 36 meses – 20%	JULHO 2027	Siapen e Divisão de Trabalho Prisional manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Trabalho Prisional
	Nº de mulheres privadas de liberdade envolvidas em amostras laborais:	Organizar anualmente uma mostra laboral de itens produzidos nas unidades prisionais.	2 FEIRAS ANUAIS	Siapen e Divisão de Trabalho Prisional manterão os dados atualizados	Unidades Penais e Divisão de Trabalho Prisional
	Nº de Mulheres egressas do sistema prisional encaminhadas para inserção no mercado formal de trabalho.	Realizar mapeamento da rede de inserção no mercado de trabalho disponível para acesso de mulheres egressas do sistema prisional, a partir da articulação com as ações de geração de renda nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhamentos das mulheres egressas para inserção no mercado de trabalho conforme as demandas identificadas. 12 meses – 5% 24 meses – 15% 36 meses – 30%	Julho 2027	Atendimento, encaminhamento e monitoramento das mulheres egressas identificadas para a rede parceira	Redes parceiras, tais como, Funtrab, Fun sat, Conselho da Comunidade .

	Nº de Mulheres egressas do sistema prisional inseridas em iniciativas de economia solidária, cooperativismo, empreendedorismo entre outros.	Realizar mapeamento da rede de geração de renda disponível para acesso de mulheres egressas do sistema prisional, a partir da articulação com as ações de geração de renda nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhamentos das mulheres egressas para ações de geração de renda conforme as demandas identificadas. 12 meses – 5% 24 meses – 15% 36 meses – 30%	JULHO 2027	Atendimento, encaminhamento e monitoramento das mulheres egressas identificadas para a rede parceira	Redes parceiras, tais como, Sebrae, Senai, Senar.
--	---	---	------------	--	---

7.2.6 Assistência Jurídica

Quadro 23 – Assistência Jurídica

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Assistência Jurídica	Nº de mulheres privadas de liberdade atendidas pela Defensoria Pública.	Não existir mulheres privadas de liberdade sem atendimento jurídico na unidade prisional. 12 meses – 80% 24 meses – 40% 36 meses – 0%	JULHO 2027	Continuidade dos atendimentos da Defensoria Pública nas Unidades Penais Femininas	Defensorias Públicas
Assistência Jurídica	Nº de Mulheres egressas do sistema prisional encaminhadas para assistência jurídica.	Realizar mapeamento da rede de ofertas de assistência jurídica disponível para acesso de mulheres egressas do sistema prisional, a partir da articulação com as ações de assistência jurídica nos municípios e estados; e realizar orientações e encaminhamentos das mulheres egressas para assistência jurídica conforme as demandas identificadas.	DEZEMBRO 2027	Articular fluxos de encaminhamentos de mulheres egressas do sistema prisional para atendimento junto a Defensorias Públicas.	Escritório Social e Defensoria Pública

7.2.7 Assistência Religiosa

Quadro 24 – Assistência Religiosa

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Assistência Religiosa	Nº total de mulheres participantes em atividades religiosas: Evangélica: Católica: Espiritismo: Matriz africana: Outras:	Oferecer acesso a assistência religiosa viabilizando a diversidade de crença. 12 meses – 25% 24 meses – 50% 36 meses –100%	JULHO 2027	Aumentar o número de mulheres participantes através da divulgação das entidades religiosas credenciadas	Entidades Religiosas de diversas crenças

7.2.8 Maternidade e Infância

Quadro 25 – Maternidade e Infância

Continua

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Maternidade e infância	Nº de mulheres acompanhadas com crianças e gestantes no sistema prisional estadual.	Diminuir o número de mulheres gestantes e acompanhadas de crianças no sistema prisional estadual. 12 meses –100% 24 meses – 80% 36 meses – 40%	JULHO 2027	Quantificação de dados de mulheres gestantes presas para notificação da Defensoria Pública, para interposição de Habeas Corpus fundamentado nos requisitos da Prisão Domiciliar (para presas provisórias e condenadas)	Unidade Penal e Defensoria Pública

Quadro 26 – Maternidade e Infância

					Conclusão
Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Maternidade e Infância	Nº de mulheres acompanhadas com crianças e gestantes em espaços adequados às suas necessidades (local apartado, adequado para aleitamento materno, com lixeira com tampa, chuveiro aquecido se preciso, cama, berço, colchão, boa ventilação e iluminação, água corrente e potável disponível 24h, fácil acesso às assistências):	Alocar todas as mulheres acompanhadas e com filhos em lugares separados das demais mulheres presas e adequado às suas necessidades. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	JULHO 2027	Aumentar a disponibilidade de vagas nos espaços adequados dentro das Unidades Penais femininas	Agepen e Unidades Penais
Maternidade e Infância	Nº de Mulheres egressas do sistema prisional mães e/ou gestantes acompanhadas em Serviços Especializados de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e aos seus familiares.	Levantamento de dados de mulheres egressas do sistema prisional, mães e/ou gestantes, em acompanhamento nos Serviços Especializados de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e seus familiares. 12 meses – 30% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	JULHO 2027	Atendimento, encaminhamento e monitoramento das mulheres egressas identificadas para a rede de saúde	SUS – Unidades Básicas de Saúde da Mulher

7.2.9 Eixo Formação e Capacitação de Servidores

Quadro 27 – Eixo Formação e Capacitação de Servidores

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Capacitação de servidores	Nº de servidores capacitados sobre a temática específica de mulheres, população LGBTIQI+, idosas, estrangeiras, indígenas e pessoas com deficiência:	Realizar atividades de treinamento e capacitação de servidores que atuam nas unidades femininas quanto a temática específica de mulheres, população LGBTIQI+, idosas, estrangeiras, indígenas e pessoas com deficiência. 12 meses – 25% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	JULHO 2027	Difundir as Notas Técnicas e cursos de aperfeiçoamento referentes a temática de políticas públicas para as populações específicas	Órgãos federais, estaduais e municipais e instituições parceiras e Escola Penitenciária – ESPEN/MS
Capacitação referente a mulher egressa	Nº de servidores capacitados em temáticas transversais a condição da mulher egressa do sistema prisional.	Realizar atividades de treinamento e capacitação de servidores que atuam nos serviços especializados de atenção às pessoas egressas do sistema prisional e familiares quanto a temáticas transversais ao público de mulheres egressas do sistema prisional.	JULHO 2027	Nº de servidores capacitados em temáticas transversais a condição da mulher egressa do sistema prisional.	Realizar atividades de treinamento e capacitação de servidores que atuam nos serviços especializados de atenção às pessoas egressas do sistema prisional e familiares quanto a temáticas transversais ao público de mulheres egressas do sistema prisional, através da ESPEN – Escola Penitenciária
Capacitação referente à saúde mental	Nº de servidores capacitados quanto à saúde mental do servidor e das mulheres privadas de liberdade.	Realizar atividades de treinamento e capacitação de servidores que atuam nos serviços especializados de atenção às pessoas egressas do sistema prisional e familiares quanto à saúde mental dos servidores e das mulheres privadas de liberdade. 12 meses – 25% 24 meses – 60% 36 meses – 100%	JULHO 2027	Difundir as Notas Técnicas e cursos de aperfeiçoamento referentes a temática de políticas públicas para as populações específicas e servidores	Órgãos federais, estaduais e municipais e instituições parceiras voltados à Saúde

7.2.10 Eixo Modernização do Sistema Prisional

Quadro 28 – Modernização do Sistema Prisional

Subeixo	Indicador	Meta	Cronograma (previsão para atingimento da meta)	Estratégia para alcance da meta	Órgãos/instituições envolvidas diretamente para o atingimento da meta
Uso de Tecnologia Digital	Nº de mulheres participantes visitas virtuais	Executar atividades de visitas virtuais entre mulheres presas e familiares cadastrados em todas as unidades prisionais femininas ou mistas. 12 meses – 15% 24 meses – 30% 36 meses – 50%	JULHO 2027	existência da modalidade de visita virtual, conforme Portaria	Agepen e Unidades Penais

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO – FORMA DE ATUAÇÃO DO COMITÊ/COMISSÃO ESTADUAL

Para garantir a implementação eficaz e o monitoramento contínuo do plano de ação, serão adotadas diversas medidas. Primeiramente, será enviado um documento interno solicitando o envio semestral de dados e registros dos projetos e ações desenvolvidas, permitindo acompanhar o progresso e realizar ajustes necessários. Além disso, um documento interno será enviado às Divisões responsáveis pelos Convênios com os parceiros, também solicitando o envio semestral de dados e registros, assegurando que todas as parcerias estejam alinhadas com os objetivos do plano e contribuam para os resultados esperados. As reuniões do Comitê Estadual de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional serão convocadas regularmente, com a lavratura de atas das orientações e a participação ativa do Comitê, fundamentais para discutir desafios, compartilhar boas práticas e definir novas estratégias. Para dar publicidade às ações desenvolvidas, serão adotadas estratégias de comunicação abrangentes, incluindo a publicação de relatórios, a realização de eventos e a utilização de mídias sociais e outros canais de comunicação, visando aumentar a transparência e o envolvimento da sociedade civil. Por fim, as estratégias para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do plano incluirão a criação de indicadores específicos, a realização de auditorias internas e externas, e a promoção de feedback contínuo das partes interessadas. Essas medidas coletivas garantirão um acompanhamento eficaz e a implementação exitosa do plano de ação, promovendo a melhoria das condições de vida e a reintegração social das mulheres privadas de liberdade e egressas..

9. ANEXOS